



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero

## **O BULLYING ESCOLAR NO BRASIL: REFLEXÕES GENDRADAS E A EMERGÊNCIA DE OLHARES INTERSECCIONAIS**

Almerson Cerqueira Passos

Universidade Federal da Bahia /cerqueira@hotmail.com

### **Resumo**

O *Bullying* começou a ser estudado na Suécia, na década de 1970. Esse tipo de violência, que tem sido objeto de investigação em alguns estudiosos e cientistas, é conceituado como um conjunto de comportamentos agressivos, físicos ou psicológicos, como humilhar, chutar, empurrar, apelidar, discriminar, isolar e excluir, ocorrendo de forma intencional e repetitiva. No Brasil, onde várias estruturas se articulam entre si, como o racismo, a homofobia, transfobia, lesbofobia, bifobia, machismo, entre outros, lançar um olhar sobre qualquer tipo de violência sem essa proposta interseccional pode incidir na invisibilização dos sofrimentos psíquicos de jovens que são diariamente atravessados por esses eixos de opressão. Se a escola tem responsabilidade na produção e desenvolvimento de novos cidadãos e cidadãs para a sociedade, trazendo no bojo dos seus planos pedagógicos a prioridade no combate às violências e o fomento da consciência e importância do respeito e da diferença, precisamos questionar qual o modelo de educação é viável para romper com as desigualdades e assimetrias de gênero, raça, sexualidade e outros marcadores identitários. O interesse por esse estudo é uma tentativa de compreensão do fenômeno a partir de uma perspectiva gendrada e interseccional, questionando produções científicas nacionais que articulam os estudos sobre o *bullying* escolar e gênero, na sua maioria, ainda com uma lógica dicotômica do sexo.

**Palavras-chave:** *bullying* escolar, gênero, interseccional, raça, sexualidade.

### **Introdução**

A educação sempre foi a via pela qual se propunha uma possibilidade de transformação social, caminho real para as pessoas agirem mais criticamente frente ao mundo. Mas, infelizmente, tais valores não seguem os padrões de conduta em prol do respeito entre as diferenças. Debruçar-se sobre a escola, compreender o *bullying* escolar e seus mecanismos revelará atitudes segregacionistas, de elevada intolerância, preconceito, violência e

discriminação (DINIS, 2008).

O tema da violência escolar foi estudado inicialmente na Europa a partir da necessidade de reestruturação de alguns países como a Alemanha, nas décadas de 1950 e 1960. No Brasil, os estudos da violência escolar parte da análise das depredações e danos aos prédios escolares e chega ao final da década de 1990 e início dos anos 2000 com o estudo das relações interpessoais agressivas, envolvendo alunos, professores e outros agentes da



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

comunidade escola (SPOSITO, 2001). Em uma época onde as manifestações de violência estão cada vez mais explícitas, falar sobre o *bullying* escolar e seus desdobramentos se configura como um cenário importante de análise e combate aos sistemas de opressões que se inter cruzam para a manutenção de comportamentos hegemônicos e historicamente construídos.

De acordo com Lisiane de Oliveira-Minegotto, Audri Pasini e Gabriel Levandowski (2013), o *bullying* começou a ser estudado na Suécia, na década de 1970. Ele é definido enquanto um conjunto de comportamentos agressivos, físicos ou psicológicos, como humilhar, chutar, empurrar, apelidar, discriminar, isolar e excluir, ocorrendo de forma intencional e repetitiva. No Brasil, o tema começou a ser discutido mais recentemente por volta de 1990, mas as produções científicas emergiram a partir de 2005.

O marco que proporcionou maior visibilidade ao *bullying* foi o episódio no *Columbine High School*, ocorrido em 1999, nos Estados Unidos, em que dois alunos mataram 12 estudantes e um professor. Essa tragédia convocou autoridades governamentais e estudiosos (as) a investigarem sobre a dinâmica da violência escolar e os efeitos nocivos do *bullying* na autoestima dos (as) estudantes.

Existem duas classificações para o *bullying*. Ele pode ser classificado em direto, que são através dos atos físicos e verbais, ocorrendo quando as vítimas são atacadas diretamente pelos (as) agressores (as). Geralmente, esse tipo de *bullying* é mais praticado pelos meninos; também pode acontecer indiretamente, caracterizado por agressões psicológicas, atitudes de indiferença, isolamento e difamação, sendo praticado de maneira equilibrada tanto pelos meninos quanto por meninas. Enquanto o perfil das vítimas, os meninos também apresentam um percentual significativo, talvez por estarem mais envolvidos nesses episódios; as meninas apresentam mais um perfil de vítimas do que agressoras. Todavia, essa divisão entre pares não define exatamente os perfis e não traça um panorama universal (DE OLIVEIRA-MINEGOTTO; PASINI; LEVANDOWSKI, 2013; FONSECA et al., 2012; BANDEIRA; HUTZ, 2012).

Enquanto perspectiva histórica, a violência sempre atravessou a humanidade através das relações de dominação e subordinação, interpeladas pelas estruturas de poder hegemônicas. Dessa maneira, o *bullying* pode ser entendido enquanto fenômeno social complexo que ocorre em todo o mundo, pela própria natureza da violência, resultante de inúmeros fatores identificados nas diversas relações



desiguais de poder (FONSECA et al., 2012).

Todos os dias, episódios de violência escolar acontecem, alargando as estatísticas de sofrimento psíquico das vítimas envolvidas, levando-as, algumas vezes, ao ato suicida. Trata-se de um problema global que atravessa a vida de milhares de jovens e nos convoca a combater esse tipo de violência que marca diversos corpos, principalmente aqueles que não estão dentro de um modelo social estabelecido. A escola, enquanto aparelho do Estado traz, no bojo das suas matrizes curriculares, uma ideologia de civilidade que não permite que os (as) sujeitos (as) exerçam os seus desejos e performatividades de acordo com as suas sensações e convicções (MISKOLCI, 2012).

A produção de narrativas patologizantes, misóginas, sexistas, LGBTfóbicas e racistas se inter cruzam, constituindo um modelo de ensino educacional opressor que autoriza apenas a construção de homens brancos, heterossexuais e cristãos, alijados a um paradigma eurocêntrico, interpelados por uma lógica de dominação e sujeição. Portanto, é de grande relevância colocar as lentes de gênero para observar e compreender os mecanismos de poder que constituem o *bullying* escolar. O interesse por esse estudo é uma tentativa de apreensão do fenômeno a partir de uma

perspectiva gendrada e interseccional, questionando algumas produções acadêmicas que articulam os estudos sobre *bullying* escolar e gênero ainda com uma lógica binária do sexo – isto é, menino e menina. Tais reflexões fomentam a necessidade de pensarmos estratégias de combate a esse tipo de violência, uma vez que a saúde mental dos envolvidos está em constante risco, marginalizada e adoecida.

### **Estudos sobre *bullying* escolar e sua relação com o gênero: um binarismo que a ciência insiste em manter**

Alguns estudos abordam o *bullying* escolar e a sua relação com o gênero revelando que os meninos têm ocupado mais frequentemente o papel de agressores. É importante ressaltar que a educação formal, a princípio, foi pensada apenas para os homens, fruto de um sistema político que os permitia transitar entre as esferas pública e privada com liberdades sociopolíticas, e às meninas era permitido apenas uma educação doméstica, obedecendo a lógica essencialista da docilidade, passividade e da maternidade (ZANELLO, 2018). Neste sentido, é possível compreender os maiores envolvimento dos meninos nos eventos de *bullying* escolar, uma vez que a escola, historicamente, sempre atuou como aparelhagem ideológica, no controle de comportamentos e na regulação sobre as



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero

masculinidade e feminilidades.  
(MILLETT, 1975).

Segundo os estudos de Claudio Hutz (2012), os meninos se identificam mais enquanto agressores, e as meninas se identificam mais enquanto vítimas. Comumente, os meninos se utilizam dos meios físicos e verbais para coagirem a vítima, numa lógica de repetição e insistência, a partir de uma suposta superioridade. Seria incoerente pensar que meninas estariam muito mais nesse lugar uma vez que a elas não foi autorizado o acesso ao poder, a educação para a política e para a guerra. Certamente que existem muitas estudantes que estão envolvidas em episódios de *bullying*, isso não é uma causa unilateral para explicar o maior envolvimento dos meninos, entretanto, esse fenômeno é reflexo de uma estrutura social, como também não é uma tentativa de equilibrar as atitudes de violência causadas.

Além disso, ao consultar sobre produções acadêmicas realizadas (DE OLIVEIRA-MINEGOTTO; PASINI; LEVANDOWSKI, 2013; FONSECA et al., 2012; BANDEIRA; HUTZ, 2012; ESTEVE; ARRUDA, 2014; CALBO et al., 2009), percebe-se que o conceito de gênero está diretamente relacionado com uma visão binária do sexo (masculino e feminino) e essa questão revela algumas lacunas epistemológicas.

Em pesquisas que envolvem a violência escolar, alguns autores que se debruçam sobre a relação do *bullying* e o gênero têm embasado o seu percurso teórico-metodológico utilizando apenas as categorias meninos e meninas para fundamentarem as suas análises, sem discutir as questões subjetivas que potencializam a prática desse tipo de violência nas escolas, limitando-se a apontar as causas.

Analisar o *bullying* escolar sob a perspectiva dos (as) agressores (as), vítimas, vítimas/agressores e testemunhas, direcionando as causas a partir de categorias isoladas não contemplam as diversas tramas sociais e institucionais que impactam na saúde mental das pessoas envolvidas. É importante discutir sobre as especificidades desses comportamentos, que tipos de insultos, deboches e ameaças são essas, por exemplo, que oprimem e ditam a forma como os corpos devem se comportar. Apesar das importantes contribuições, as pesquisas revelam uma ausência de debates e discussões sobre os marcadores identitários que constituem a população dos estudantes, a citar, raça, classe, sexualidade e gênero, pois o *bullying*, segundo Cléo Fantes (2005), começa pela não aceitação da diferença. São insipientes os estudos que articulam diretamente a relação e incidência do *bullying* escolar com estudantes que não se



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

enxergam dentro dos modelos de gênero e sexualidade vigentes. Às crianças lidas enquanto meninas, por exemplo, são educadas a cumprirem um papel de gênero que está relacionado com uma noção naturalizada do sexo e de subordinação, isto é, docilizada, passiva, romântica, sensível e frágil. Pensando nesses estigmas e representações sociais, quantos estudantes LGBT são expulsos das escolas pelas relações nocivas e violentas que o preconceito provoca?

Todas essas questões corroboram para pensarmos o *bullying* escolar para além de uma visão binária, que não contempla as diversas identidades, masculinidades e feminilidades, pois tal fenômeno é resultado também das opressões que se articulam simultaneamente. Analisá-lo apenas por uma descritiva, com metodologias quantitativas que apontam, no conjunto de meninos e meninas, quem são os (as) agressores (as), vítimas e testemunhas, pode provocar o processo de invisibilização dessas outras e históricas opressões nos ambientes escolares.

Operar com o sistema de investigação que se fundamenta nesse binarismo para propor políticas públicas de combate ao *bullying* escolar invisibiliza e não produz agenciamento dos outros corpos. É importante especificar quais os motivos que levam ao comportamento insistente e violento entre estudantes, uma vez que

somos um dos países que mais mata a população LGBT, mulheres e jovens negros no mundo (CARDOSO; FERRO, 2012).

### **O *bullying* escolar e os sistemas de opressão históricos: como o conceito de interseccionalidade pode contribuir?**

Muitas pesquisas vão discutir o *bullying* a partir de matrizes e olhares distintos, mas que acabam se debruçando sob os aspectos visíveis desse processo. Em contrapartida, é importante pensar, no contexto brasileiro, como o *bullying* escolar pode ser reflexo de violências históricas, dentro de um sistema de dominação e sujeição das minorias sexuais.

Evidentemente, a violência escolar não é uma temática nova, no entanto, o *bullying* está no panorama das visibilidades e de produções acadêmicas que nos atentam para olharmos o fenômeno como uma demanda de urgência e prioridade, um desafio tanto das instituições de ensino como de Saúde Pública.

Nesta perspectiva, perceber que eixos de dominação são esses que atravessam a vida dos (as) estudantes envolvidos (as) e como isso pode ser associado, no cotidiano escolar, a questões que estruturam o *modus operandi* como a sociedade brasileira dinamiza as ideologias de exclusão é uma possibilidade a pensar o *bullying* escolar de um lugar diferente do que tem sido



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

proposto.

Acredito que o conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) nos possibilita empreender análises que denunciem a dinâmica opressora e suas relações com outras categorias, como raça, classe, gênero, colonialidade e heterossexualidade compulsória para entendermos como o *bullying* aparece no bojo desses mecanismos de interação e violência estruturantes.

Vivemos em um país que produz e alimenta constantemente o racismo institucional, mesmo sob a pena jurídica de sua criminalização, como também ocupante dos primeiros lugares no índice de homicídios à população LGBT e feminicídio no mundo. Portanto, o *bullying* escolar também é um processo resultante do intercruzamento de todos esses dispositivos de violência e opressão (CARDOSO; FERRO, 2012).

Kimberle Crenshaw é uma advogada norte-americana, negra, teórica e feminista, que tem construído suas produções acadêmicas com foco nas dinâmicas da raça e gênero, abordando a urgência de um olhar interseccional para analisar essas relações de opressão que as mulheres têm vivido ao longo da história. Ela vai elaborar, através do documento para o *Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero* (2002), pensamentos e análises que

criticam alguns posicionamentos que estruturam a Declaração Universal de Direitos Humanos, tecendo críticas aos modelos de políticas públicas construídas para tratar as temáticas de gênero na sociedade.

Segundo Kimberle Crenshaw (2002), os documentos produzidos com o objetivo de proteger as mulheres se tornam deficientes uma vez que a categoria gênero, aportado na sua perspectiva universalizante sobre a mulher, acaba por invisibilizar a vivência e sofrimento de outros grupos de mulheres que não são contemplados dentro das suas produções étnicas e identitárias. Com isso, propõe-se um olhar sobre a interseccionalidade enquanto categoria analítica, enquanto um conceito que vai possibilitar compreender como a associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descritos na vida das mulheres racializadas, principalmente.

Em suma, a interseccionalidade

[...] é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

É importante refletir que a depender do contexto histórico e da sua geopolítica,



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

esses eixos de dominação e subordinação acontecem de forma distintas. Se por um lado as mulheres anglofônicas enfrentam uma ordem de gênero patriarcal onde a categoria raça não é tão relevante, por outro as mulheres da latinoamérica terão os seus espaços cerceados e sua força política esquadrihada pela mesma categoria. Isto é, articular o conceito de interseccionalidade implica na problematização de que mulheres e homens sofrem de maneiras diferentes em relação aos processos de exclusão e subordinação sociais.

Nesse panorama, é de grande valia analisar o *bullying* escolar a partir de um olhar interseccional, porque os atos de violência que caracterizam o espaço educacional não acontecem da mesma forma com estudantes negros, LGBT, meninas, entre outras identidades.

Portanto, o *bullying* escolar, por si só, não dá conta desses eixos que se articulam dentro das salas de aula e dos corredores das escolas se entendermos que milhares de estudantes são excluídos e violentados por não estarem dentro de um padrão social estabelecido.

### ***Bullying* escolar, sexualidade e identidades de gênero: um olhar para além das masculinidades e feminilidades hegemônicas**

O panorama das estatísticas realizadas

pelos pesquisas que adotam o eixo analítico para investigar a relação do *bullying* escolar com o gênero merece um aprofundamento e talvez maior criticidade. Apontar dados estatísticos utilizando um olhar apenas descritivo de atitudes comportamentais ditos de meninos e meninas, em uma tríade “agressores, vítimas e vítima/agressor”, sem uma perspectiva interseccional e sociológica, revela a necessidade de repensarmos sobre outras práticas referentes ao fenômeno *bullying* e suas implicações. Pensar no gênero enquanto categoria de análise (SCOTT, 1995) nos convoca a entender as masculinidades e feminilidades historicamente construídas, propondo uma crítica ao binarismo e incluindo as múltiplas identidades de gênero existentes (BUTLER, 2003).

Segundo o Grupo Gay da Bahia, a cada 19 horas um LGBT morre de forma violenta vítima de LGBTfobia no Brasil, o que coloca o país como campeão mundial em crimes contra minorias sexuais. Se os estudos sobre *bullying* escolar são na maioria das vezes relatados como um fenômeno atual e que demanda um olhar mais atento da Saúde Pública, é preciso contextualizar as interfaces e estruturas que dinamizam a nossa sociedade e faz do Brasil ser o campeão em “crimes de ódio” (MOTT; MICHELS, 2017).

Se os países latino-americanos ancoram os



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

maiores índices de homofobia do ocidente, incluindo o Brasil, como compreender o *bullying* escolar sem os intercruzamentos desses sistemas de opressão? São essas convocações que apontam para uma análise mais crítica e substancial desse fenômeno (CASTAÑEDA, 1990 *apud* NASCIMENTO, 2010).

A princípio, o que se pode constatar é a escola enquanto espaço de inúmeras práticas sexistas, em que discursos são fortemente reproduzidos sobre os lugares de homens e mulheres em sociedade. Em pleno século XXI, percebemos o quanto a educação formal pode contribuir para que as construções identitárias saiam dessas representações hierarquizadas e reprodutoras, sem desconsiderar a diversidade que existe nas relações humanas, pois identidades de gênero não devem ser pautadas como inferiores ou superiores.

Se o *bullying* é percebido como atitudes de violência que acontecem com a intenção de humilhar, agredir, excluir e isolar, de maneira repetitiva, rotineira, como forma de imposição do poder de um determinado grupo sob o outro, é muito provável que as vítimas dessas agressões sejam estudantes com características físicas, socioeconômicas, de etnia e orientação sexual, específicas (SMITH, 2002).

Refletir sobre a importância de se combater o *bullying* escolar sem articular

essas opressões potencializa um caráter generalizador de violências históricas como LGBTfobia, racismo, misoginia, entre outras, pois, como elucida Berenice Bento (2011, p. 558), “[...] a natureza da violência que leva uma criança a deixar de frequentar a escola porque tem que trabalhar para ajudar a família não é da mesma ordem daquela que não consegue se concentrar nos conteúdos transmitidos porque é ‘diferente’”.

O modelo hegemônico posto para uma parcela pequena da sociedade, aqui entendido como heterossexual, branco, católico-cristão e masculina, estabelece as relações do (a) sujeito (a) com o mundo, a forma como este (a) deve se comportar e como os seus papéis sociais devem ser exercidos. O contexto escolar, visto como um espaço de formação pedagógica e social, assume uma relevância para a compreensão das identidades de gênero e o lugar do processo formativo do aluno nesse contexto. Na escola, as pessoas são ensinadas, disciplinadas, medidas, avaliadas, examinadas, aprovadas (ou não), categorizadas, coagidas, consentidas, desenvolvidas e, acima de tudo, civilizadas; o corpo, nos espaços educacionais, é sinônimo de perícia e constante punição daquilo que não está na concepção do “civilizado” (FOUCAULT, 2005).

Ao versar sobre os modelos educacionais





## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

da atualidade, quantas crianças e jovens são impedidas de construir a sua autonomia e exercerem as suas identidades livremente? Como os estudos sobre gênero e sexualidade podem propor novos olhares para o fenômeno do *bullying* escolar? Dados que apontem para um quadro geral de meninos e meninas, descrevendo os possíveis motivos sem problematizá-los, trarão que tipo de ações e estratégias significativas?

De início, é importante discutir sobre que processo de civilização é esse, que diz qual padrão comportamental é visto como normal e aceito pelas instituições de ensino, e como o *bullying* tem sido debatido no contexto da Saúde Pública. Até os dias atuais, a escola está voltada para a “adequação” do (a) aluno (a) em sociedade e as ações pedagógicas não têm contemplado debates sobre diversidade e diferença em sua complexidade, se atendo às páginas dos planejamentos e de relatórios educacionais com o objetivo de descrever, no processo de ensino, a qualificação do que é “civilizado”. Um exemplo prototípico da falta de incentivo de discussões e ações de enfrentamento para a promoção desses debates foi a retirada dos termos “identidades de gênero” e “orientação sexual” da Base Nacional Comum Curricular, na sua versão final, lançada em dezembro de 2017. O Ministério da Educação ordenou que o

Conselho Nacional de Educação retirasse essas temáticas e isso, mais uma vez, revela as contradições de uma realidade perversa e repleta de interesses políticos. O que se percebe, desde o início, é que o Estado não trabalha diretamente no enfrentamento dessas temáticas, abrindo espaço para a persistência desse tipo de violência até os dias atuais.

Diariamente, crianças e jovens sofrem pelas relações desiguais de poder e coerção de grupos hegemônicos que se utilizam das brincadeiras para oprimi-los. Nesse jogo violento, os (as) agressores (as) constroem uma lógica de dominação fazendo valer as suas unidades de força, muitas vezes apoiados pelos professores (as), família e equipe pedagógica. Mas até que ponto o *bullying* escolar nos aproxima dessas realidades? Quais estratégias de intervenção e de análise são necessárias para denunciar essas práticas sem descaracterizá-las das suas construções políticas e históricas? Nessa perspectiva, apesar de tantos estudos, o *bullying* se aproxima do conceito de preconceito, principalmente quando refletimos sobre os fatores sociais que determinam os grupos-alvo, e sobre os indicativos da função psíquica para aqueles (as) considerados (as) agressores (as). Essa proximidade, de acordo com Deborah Antunes e António Zuin (2008), leva à hipótese de que o que atualmente tem sido denominado *bullying*



escolar é um fenômeno há muito conhecido pela humanidade, mas que ganhou nova terminologia pela ciência moderna que se ilude ao tentar controlá-lo via classificação e aconselhamentos.

### **O *bullying* escolar e suas implicações na saúde mental**

A Organização Mundial da Saúde (1946) conceitua saúde como “estado de completo bem estar físico, mental e social, e não somente a ausência de enfermidade ou invalidez”. Essa afirmativa nos dá a possibilidade de situar a gravidade e a emergência de políticas públicas e de saúde para o amparo dos (as) estudantes que estão envolvidos (as) no *bullying* escolar, pois a saúde é um conceito que envolve o bem estar biopsicoespiritual das pessoas, sendo legitimada como um direito constitucional e que está para além da ausência de enfermidades. A intimidação e a vitimização são dinâmicas complexas que se produzem nas relações sociais, principalmente nas escolas, e enquanto profissionais da educação não podemos compreender esse processo atribuindo a violência apenas à vítima, uma vez que estudos apontam que tal fenômeno é um desmembramento das relações familiares caracterizadas muitas vezes como contextos hostis e também reprodutores de padrões sociais estabelecidos (DE OLIVEIRA-MINEGOTTO; PASINI;

LEVANDOWSKI, 2013; FONSECA et al.,2012; BANDEIRA; HUTZ, 2012).

O *bullying* escolar ocasiona severas repercussões a médio e longo prazo para agressores (as) e vítimas, impactando na aprendizagem, na autoestima, no isolamento, podendo ocasionar, no seu aspecto mais grave, episódios de depressão e suicídio. A necessidade de um olhar mais sensível para essa prática precisa ser pensada de maneira emergente, compreendendo os impactos dessa violência na saúde mental e física desses (as) jovens.

Refletir qual o perfil de estudante se torna o maior alvo do *bullying* escolar nos convida a questionar esse fenômeno visto como algo atual, associando-o a outros sistemas de exclusão sociais que não cessam, apesar dos movimentos de fissura e de rompimento dessas estruturas. Sabemos que cada pessoa elabora as suas construções internas e a sua relação com o mundo de maneira idiossincrática, por isso é fundamental analisar como essa violência atravessa cada estudante sem deixar de perceber como os marcadores identitários operam nos seus corpos, e como o Estado e a escola entendem a dimensão da saúde mental e o processo de adoecimento dessas crianças e jovens. Restringir o (a) sujeito (a) ao campo do civilizado, atrelado (a) ao binarismo sexual sem considerar e perceber a dimensão das múltiplas



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

identidades existentes que se expressam no cotidiano da vida, do social e, portanto, escolar, resultam nas dificuldades de um ensino pautado na produção social da identidade e da diferença, onde questões do multiculturalismo e da diferença tornaram-se eixos centrais na teoria educacional crítica e até mesmo nas pedagogias oficiais. E sobre essa questão, da intolerância ao diferente, da tentativa de apagamento do outro que podemos ver os danos morais, psicológicos e físicos causados (DA SILVA, 2012).

Por um lado, as vítimas sofrem uma deterioração da sua autoestima, e do conceito que tem de si; por outro, os (as) agressores (as) também precisam de auxílio, visto que sofrem grave deterioração de sua escala de valores. Se o Brasil é o país que mais mata a população LGBT no mundo, precisamos alertar a Saúde Pública a pensar ações e estratégias de enfrentamento com um viés interseccional (CARDOSO; FERRO, 2012).

Discutir possibilidades de prevenção e enfrentamento do *bullying* escolar sugere a promoção de políticas educacionais voltadas para as equipes pedagógicas, principalmente os (as) professores (as) que parecem encontrar dificuldades ao lidarem com questões de identidades de gênero, sexualidade, racismo, homofobia, transfobia, lesbofobia, bifobia e machismo

associados ao *bullying* em sala de aula. A ausência de uma perspectiva socioexistencial pautada nas práticas cotidianas dos (as) sujeitos (as) estudantes, alijadas pelo pragmatismo tecnicista de conceber a formação, os (as) tornam despreparados (as), em sua maioria, para mediar essas relações. Analisar e mediar uma sala de aula implica em compreender a complexidade das relações de poder que emergem ali. Os seres humanos são o resultado do processo sócio-histórico e isso implica na compreensão de que a cultura atravessa esse contexto de maneira desenfreada e, muitas vezes, avassaladora, uma vez que a aprendizagem também se dá pela experiência.

Portanto, perceber os impactos causados pelo *bullying* escolar na vida de milhares de estudantes significa atentar-se para a saúde mental dos mesmos e lembrar-se, constantemente, das opressões historicamente construídas que violam os seus corpos até hoje.

### Considerações finais

O *bullying* é um fenômeno social que nos alerta para as inúmeras dimensões da violência escolar. Ele carrega características e construções de uma sociedade contemporânea, mas é preciso situar o contexto onde isso acontece e quais processos históricos são responsáveis pela sua dinâmica e mecanização nas



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

diferentes culturas.

No Brasil, onde várias estruturas se articulam entre si, como o racismo, a LGBTfobia, o machismo, entre outras, lançar um olhar sobre qualquer tipo de violência sem essa proposta interseccional pode incidir na invisibilização dos sofrimentos psíquicos de jovens que são diariamente atravessados (as) por esses eixos de opressão. Por isso, a necessidade de mais produções na área da Psicologia, Sociologia e da Antropologia, uma vez que o caráter de muitos estudos realizados não contemplam as diversas vozes.

Se a escola tem responsabilidade na produção e desenvolvimento de novos cidadãos e cidadãs para a sociedade, trazendo no bojo dos seus planos pedagógicos a prioridade no combate às violências e o fomento da consciência e importância do respeito e da diferença, precisamos questionar qual o modelo de

educação é viável para romper com as desigualdades e assimetrias de gênero, raça, orientação sexual e outros marcadores identitários. Compreender que o combate às diversas formas de violência escolar, assim como o *bullying*, requer vigilância e resistência em relação aos direitos e a promoção de políticas públicas com o objetivo de visibilizar os sofrimentos das vítimas envolvidas nesse processo.

O *bullying* escolar não pode se tornar uma espécie de matriz generalizadora das outras violências que já existem há séculos e assolam a sociedade brasileira. É fundamental a construção de ações e políticas de equidade para o enfrentamento desse tipo de violência, entretanto, o *bullying* não encerra todas as outras. Pelo contrário, ele existe como resultado de opressões e violações históricas sobre os nossos corpos.

### Referências

ALVES, Míriam Cristiane; JESUS, Jayro Pereira de; SCHOLZ, Danielle. Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 106, p. 869-880, set, 2015;

ANTUNES, Deborah Cristina; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à

educação. *Psicologia & Sociedade*, 20 (1) 33-42, 2008;

BANDEIRA, Cláudia de Moraes; HUTZ, Claudio Simon. As implicações do bullying na auto-estima de adolescentes. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, Vol. 14, N. 1, pp. 131-138, Janeiro/Junho, 2010;

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos feministas*,

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo*. Petrópolis: Vozes, 2002;

BERNARDO, Teresinha; MACIEL, Regimeire Oliveira. Racismo e educação: um conflito constante. *Contemporânea*, São Paulo, v. 5, n. 1 p. 191-205, Jan.–Jun, 2015;

BRASIL. Lei 13005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF., Diário Oficial da União. Brasília, DF, 26 jun. 2014;

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 11ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016;

CALBO, Adriano Severo; BUSNELLO, Fernanda de Bastani; RIGOLI, Marcelo Montagner; SCHAEFER, Luiziana Souto; KRISTENSEN, Christian Haag. Bullying na escola: comportamento agressivo, vitimização e conduta pró-social entre pares. *Contextos Clínicos*, 2(2):73-80, julho-dezembro, 2009;

CARDOSO, Michele Rodrigues; FERRO, Luís Felipe. Saúde e População LGBT: Demandas e Especificidades em Questão. *Psicologia: ciência e profissão*, Paraná, 32(3), pp. 552-563, 2012;

CARDOSO, Michelle Rodrigues; FERRO, Luís Felipe Ferro. Saúde e População LGBT: Demandas e Especificidades em Questão.

**Psicologia: ciência e profissão**, 2012, 32 (3), 552-563;

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. *Rev. Estudos Feministas*, Salvador, n. 2. v. 1, pp. 544-552, 1995;

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estudos Feministas*, Salvador, n.171 v. 1, 2002;

DE OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane Machado; PASINI, Audri Inês; LEVANDOWSKI, Gabriel. O bullying escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, 15(2), pp. 203-215, maio-ago, 2013;

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações e diversidade sexual. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 29, n. 103, pp. 477-492, agosto, 2008;

ESTEVE, Crislaine Elza Aparecida; ARRUDA, Aparecida Luzivotto Medina Martins. Bullying: quando a brincadeira fica séria, causas e consequências. *Revista Eletrônica Saberes da Educação*, São Roque, Vol. 5, n. 1, pp. 1-36, 2014;

FANTE, Cléo. *Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar* Florianópolis, 19(2): 549-559, maio-agosto, 2011;

- FONSECA, Maria Helena; FONSECA, Sarah Gonçalves; GOMES, Cecília Soares; NOGUEIRA, Débora Maysa Gomes; SOARES, Letícia Santos. Bullying: forma de violência e exclusão escolar. *Revista Motricidade*, Vila Real, vol. 8, n. Supl. 2, pp. 797-802, ago-set, 2012;
- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade*. São Paulo: Graal editora, 2005;
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Preconceito e discriminação*. São Paulo, Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/Editora 34, 2004;
- LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. In: *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016;
- Luiz MOTT; Eduardo MICHELS; Paulinho. Grupo Gay da Bahia: mortes violentas de LGBT no Brasil. *Relatório*, pp. 1-27, 2017;
- MARTINS, Maria D. José. O problema da violência escolar: uma clarificação e diferenciação de vários conceitos com ela relacionados. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, Badajoz, Espanha, vol. 2, n. 1, 2005, pp. 425-440, 2005;
- MILLET, Kate. “Teoria de la política sexual”. In: *Política Sexual*. México, DF (Publicado originalmente em New York por Avon, em 1971.), pp.1-34, 1975;
- MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012;
- NASCIMENTO, Márcio Neman do. Homofobia e homofobia interiorizada: produções subjetivas de controle heteronormativo? *Athenea Digital* Londrina, n. 17: 227-239, março, 2010;
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*, p. 71–99, jul./dez, 1995;
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. 15ª ed - Petrópolis: Vozes, 2012.
- SMITH, Peter K. Intimidação por colegas e maneiras de evitá-la. In E. Debarbieux & C. Blaya (Eds.), *Violência nas escolas e políticas públicas*, Brasília DF: Unesco, pp. 187-205, 2002;
- SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.27, n.1, p. 87-103, jan./jun. 2001;
- ZANELLO, Valeska. *Saúde mental e gênero: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris Editora, 2018.